



# PLANO DE GOVERNO

2021- 2024

## RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

<b>Eixo:</b>	<b>EDUCAÇÃO E FUTURO</b>	<b>Objetivos:</b>	Promover a inclusão educacional como fonte transformadora para nossas crianças, jovens, adultos e idosos		
<b>Ação:</b>	<b>Implantação dos cargos de Psicopedagogo e Intérprete de LIBRAS</b>				
<b>Última atualização:</b>	jan/24				
<b>Detalhamento da Ação:</b>	Contratação de 2 Psicopedagogos e 2 Intérpretes de Libras para atuarem nas unidades da Secretaria Municipal de Educação.				
<b>Indicador:</b>	HORAS DE CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA				
<b>O que foi Feito:</b>	Haverá concurso em 2024, onde teremos a vaga para Psicopedagogo. Enquanto isso, mediamos o atendimento das legislações com 12 professores para atuarem como intérprete de libras com os estudantes da Rede Municipal de Ensino. Ressaltamos a Lei Ordinária nº 2327, de 11/04/2017 que dispõe sobre a inclusão do ensino da língua brasileira de sinais - libras, como disciplina curricular, nas escolas da rede municipal de				
<b>Alterações:</b>	Sem Alterações				
<b>Impacto Social:</b>	A introdução dos cargos de psicopedagogos e intérpretes de Libras nas escolas impulsiona a inclusão, acessibilidade e o desenvolvimento integral dos estudantes, contribuindo para uma sociedade mais equitativa. Esses profissionais promovem a igualdade ao proporcionar acesso educacional a estudantes surdos, favorecem o desenvolvimento cognitivo e emocional, melhoram o processo de ensino e aprendizagem, cuidam da saúde mental dos alunos, prevenindo situações adversas no ambiente escolar, e capacitam profissionais para uma sociedade mais inclusiva.				
<b>Status:</b>	Entregues	<b>% de Execução</b>	100%	<b>Ação Contínua</b>	Sim
<b>Secretaria Responsável:</b>	SEDUC	<b>Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) Vinculado</b>	ODS 4 e ODS 10		
<b>Observações</b>	Lei nº 2.533, de 12 de novembro de 2019 dispõe sobre a criação dos cargos de provimento efetivo de psicopedagogo e professor bilíngue LIBRAS/Português, altera as Leis Municipais nº. 2.655, de 18 de janeiro de 2013 e 992, de 2 de dezembro de 2022, e dá outras providências. Para a convocação dos profissionais ainda é necessário abertura de concurso público.				